



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA
ATA DA 184ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE – CONSEMA

1 Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze realizou-se a Centésima octogésima quarta Reunião
2 Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA, no Auditório do SEMA, situada à Avenida Borges de
3 Medeiros, 261, 15º andar, com o início às quatorze horas e vinte e dois minutos, com a presença dos seguintes
4 Conselheiros: **Sra. Maria Patrícia Mollmann**, representando a SEMA; **Sr. Manuel Christoph Strauch**, representante
5 Titular da UPAN; **Sr. Alberto Rossi**, representante do Secretário de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia;
6 **Sr. Marcus Arthur Graff**, representante Titular da ASSECAN; **Sra. Marion Luiza Heinrich**, representante Titular da
7 FAMURS; **Sr. Walter Alexandre Rizzo Fichtner**, representante Suplente da FIERGS; **Sr. Cylon Rosa Neto**,
8 representante Suplente da Sociedade de Engenharia do RS-SERGS; **Sr. Patrick Colombo**, representante da Fundação
9 Zoobotânica RS-FZB; **Sra. Andrea Pinto Loguercio**, representante Titular da Instituição Universitária Pública-UFRGS;
10 **Sr. Luiz Elody Lima Sobreiro**, representante Suplente da ONG Os Amigos da Floresta; **Sr. Alberto Nierderauer**
11 **Becker**, representante do Secretário da Segurança Pública-SSP; **Sra. Ana Lucia Pereira Flores Cruz**, representante
12 Titular do SINDIÁGUA; **Sra. Ilse Iob Boldrini**, representante Titular da IGRE; **Sr. Fabricio Dutra**, representante do
13 Secretário de Minas e Energia; **Sra. Monica Marlise Wiggers**, representante do Secretário da Cultura-SEDAC; **Sr.**
14 **Eduardo Osório Stumpf**, representante Titular do Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Mauricio Vieira de Souza**,
15 representante do IBAMA; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**, representante Titular da FARSUL; **Sra. Maria do Socorro**
16 **Ramos Barbosa**, representante do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional-SEPLAN; **Sra. Lisiane**
17 **Becker**, representante Suplente da ONG Mira-Serra; **Sr. Pedro Antônio Dall Acqua**, representante do Secretário de
18 Obras, Saneamento e Habitação; **Sr. Guilherme Velten Junior**, representante Suplente da FETAG; **Sr. José Homero**
19 **Finamor Pinto**, representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul-CREA-RS.
20 Participou também o Sr. Julio Salecker, representante do Comitê de Bacias Hidrográficas; Sra. Nicole Escouto Fantinel,
21 representante da ONG Os Amigos da Floresta; Sr. Cristiano Prass, representante da FEPAM; Sra. Cristina Grabher, Sr.
22 Carlos José Sobrinho da Silveira e Sr. Giliandro Gonçalves Silva representantes da Comissão Aprovados no Concurso
23 da SMAPM. Após a verificação do quórum a Senhora Presidente deu início aos trabalhos. **Sra. Maria Patrícia**
24 **Mollmann-SEMA**: “Vamos começar com as comunicações, a Secretaria Executiva aqui um elogio muito
25 organizadamente, muito obrigada meninas, todas, dada a ultima reunião foram publicadas as três resoluções do
26 julgamento do recurso administrativo, a 302, a 303 que provou prazo para cadastramento de silvicultura e a 304 que é o
27 grupo de trabalho dos intervenientes que vai ter reunião no dia 15 agora de dezembro, para fazer proposta a esse
28 conselho de regramento de procedimentos no dia 15 de dezembro aqui que horas? Para dar retorno aqui para, Lisiane
29 o expediente esta lá na fauna, aquele o da ultima reunião a questão da caça, esta lá com o nosso setor de fauna se tu
30 quiseres ir lá conversar com o Dotto, então foi encaminhado lá e também nos mandamos o ofício para a CIEA , a
31 Secretaria Executiva da CIEA é na própria SEMA ali na assessoria técnica, a Carol e a Marília e um lembrete para os
32 conselheiros, a questão de até o dia 21 de dezembro ficou estipulado a duas reuniões atrás, a questão daquela
33 proposta de resolução da ABEMA protocolado no CONAMA sobre o licenciamento, até dia 21 de dezembro para
34 receber manifestações por escrito a gente pauta o ano que vem.” **Sra. Lisiane Becker**- ONG Mira-Serra: “A primeira
35 coisa assim Maria Patrícia, tinha que explicar exatamente, eu estou indo em eventos e as pessoas estão falando que é
36 uma proposta da ABEMA que esta tramitando dentro do CONAMA e dentro do CONSEMA e não é essa linha e nem no
37 CONAMA chegou ainda, não é matéria do CONAMA ainda, então eu estou vendo assim muitas pessoas falando em
38 eventos preocupados, que uma proposta da ABEMA esta sendo discutida no CONSEMA para alegar o que já esta no
39 CONAMA , ai tem que pegar e dizer, “olha gente não chegou no CONAMA porque não foi matéria admitida ainda” ai
40 queria que tu explicasse para deixar claro tem pessoas aqui que eu vejo em outros eventos.” **Sra. Maria Patrícia**
41 **Mollmann-SEMA**: “É então vamos fazer uma revisão ali, teve uma reunião Plenária que eu coloquei a sugestão de se
42 apresentarem esta proposta, foi uma proposta construída com todos os Estados a ABEMA promoveu uma reunião com
43 cada região política do Brasil e ai depois um encontro de dois dias aonde se compilou essas propostas, então ai é uma
44 proposta com visão do órgão licenciador, obvio que eram todos os Estados, é visão daqui, a gente sabe que vai ter que
45 conversar com a Sociedade Civil e o Setor Produtivo então essas e uma das ideias de se trazer também aqui para se
46 ouvir o retorno da visão, porque ali é a nossa visão, dos Estados e das entidades que licenciam, o que a gente acharia
47 bom para o licenciamento ser um instrumento forte, um instrumento mais ágil, um instrumento focado aonde é o
48 principal, então graduar ele, outras ideias que constam na resolução e a gente trouxe ao CONSEMA na intenção
49 justamente de obvio começar a digerir esse texto e pegar o retorno da sociedade civil do setor produtivo que a gente
50 não tem, então certamente eles vão ter contribuições boas é nesse sentido que a gente colocou aqui, não em Brasília

51 eu sei que também esta, o Distrito Federal esta fazendo e a nossa proposta quando a gente apresentou no Ministério
52 do Meio Ambiente, antes de protocolar ela no CONAMA para que tenha a tramitação aquela primeira é o IBAMA que se
53 manifesta e depois vai para a Câmara Técnica Admissibilidade, a ideia é que o CONAMA promova audiências publicas,
54 mas ai se já há um debate breve aqui, já vai mais enriquecido e já se filtra um pouco, essa é a ideia, não é aprovar
55 nada aqui.” **Sra. Marion Luiza Heinrich**- FAMURS: “Eu também fiquei na dúvida, se vamos referendar ou propor
56 algumas alterações, enquanto Conselho Estadual, ao CONAMA. Ontem, foram discutidos alguns PLs e até a FZB se
57 manifestou, preocupada com a questão. Têm disposições ali que também me preocupam, como a questão da avaliação
58 ambiental estratégica, que serve para planejamento e não deveria ser vinculado ao licenciamento. A minha dúvida é no
59 sentido de como nós entidades podemos nos manifestar. Enquanto participantes da proposta? Acredito que não.
60 Discutiremos para apresentar uma proposta do CONSEMA ou simplesmente discutiremos; isso que para mim não está
61 claro.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “Eu não tinha pensado em sair com uma minuta aqui, a ideia era colher
62 essas sugestões de vocês, mas o CONSEMA pode encaminhar de outro jeito, daqui a pouco vocês querem fazer uma
63 outra coisa.” **Sra. Marion Luiza Heinrich**- FAMURS: “Nós temos um prazo para o dia 21. Dependendo do resultado
64 dessas discussões e de que tipo de propostas as instituições irão trazer, eu poderei fazer as minhas considerações no
65 dia 21 ou abre-se para discussão na reunião seguinte.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “A ideia de encaminhar o
66 por escrito é sempre facilitar o debate porque a ideia é que viesse por escrito, a Secretaria Executiva compilasse e que
67 a gente desse uma organizada nas ideias, de repente fizesse uns comparativos, ouvir antes é para auxiliar o debate,
68 nesse sentido.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf**-CBH: “Só fazendo uma comunicação que tramita na Câmara Federal PL
69 3729/2004 que dispõe sobre licenciamento ambiental, ele esta tramitando na comissão de saúde do Meio Ambiente, foi
70 pedido vistas por alguém que não me recordo e ontem como a gente faz acompanhamento, ontem ele foi devolvido
71 para a Câmara sem manifestação então possivelmente ele vai entrar em votação ou logo em seguida, então ao mesmo
72 tempo que nos estamos discutindo esse do CONAMA, tem que prestar atenção no PL que sempre vem PL diferente,
73 mas eles foram unificados na Comissão de Justiça no PL 3729, do Senado é outro assunto, o Senado é específico.”
74 **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA : “Vocês querem que passe para os conselheiros? É o 3729 do Senado vocês
75 tem o numero, depois a gente pega, é importante que na verdade isso ai pode vir atropelando também até o que é bom,
76 mas na verdade a nossa discussão serve para alguma mobilização política contra os PLs lá, ou contra ou a favor algum
77 ponto enfim para aprimorar lá também, para os órgãos ambientais e vocês, não serem atropelados.” **Sr. Cylon Rosa**
78 **Neto**-SERGS: “Eu gostaria de fazer uma sugestão sobre isso, que eu acredito que possa contribuir dentro do que o
79 Eduardo falou, nos temos um fórum aqui no Rio Grande do Sul das entidades de engenharia que são 14 entidades e no
80 assunto da lei de licitações, havia uma discussão parecida com essa em relação a esse PL, o que nos fizemos? Nos
81 fizemos um evento aqui do setor de engenharia, assim como a gente pode fazer aqui do CONSEMA, e fizemos uma
82 análise do que a gente entendia que era pertinente como melhorias da lei, consolidamos isso e convidamos o sub
83 relator da comissão, fizemos uma audiência publica aqui em Porto Alegre e trouxemos ele aqui e protocolamos isso
84 depois lá na Câmara Federal, como a contribuição, então se nos entendemos que esse PL precisa ser aperfeiçoado, eu
85 acho que a gente poderia fazer a mesma coisa, faz uma reunião aqui das entidades no debate, monta uma proposta de
86 melhorias do PL, articula-se politicamente para ver qual Deputado a gente poderia convidar para vir aqui para levar isso
87 em nome do CONSEMA , assim como ele levou em nome do fórum de infraestrutura e protocola-se isso lá na Câmara
88 Federal, é perfeitamente factível e eu entendo que é até a nossa obrigação.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA:
89 “Acho que é uma boa ideia, seguimos então, a verificarão de quórum, a pauta então é, a Aprovação da Ata,
90 Cronograma de Reuniões, Alteração do Regimento Interno, Alteração do Plano de Aplicação do Recurso do FEMA ,
91 Ratificação da Resolução do CONSEMA 275 que é sobre a pesquisa na mineração e um Relato sobre o Zoneamento
92 Econômico Ecológico e depois Assuntos Gerais, podemos aprovar assim a pauta? **Passou-se ao 1º item da pauta:**
93 **Aprovação da Ata 183ª Reunião Ordinária do CONSEMA:** **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “Então o primeiro
94 ponto de pauta é a aprovação da reunião 183ª, alguma observação, algum acréscimo? Então vamos votar, quem é
95 favorável a aprovação da ata por favor ergam seus crachás, contrários? Abstenções? **Uma abstenção, aprovado por**
96 **maioria. Passou-se ao 2º item da pauta: Cronograma de Reuniões 2016:** “Podia projetar? Ficou a segunda quinta
97 de cada mês, a sugestão é que em fevereiro não se faça na semana do carnaval, mas se faça na semana seguinte,
98 então seria a única exceção, 14 de Janeiro, 18 de fevereiro, 10 de março, 14 de abril, 12 de maio, 09 de junho, 14 de
99 julho, 11 agosto, 08 setembro, 13 de outubro, 10 de novembro e 08 de dezembro, podemos aprovar assim? Alguma
100 manifestação? É na verdade não caiu nenhuma na semana do CONAMA foi considerado, na verdade a gente
101 aguardou para sair o calendário, é as vezes o CONAMA muda, não da para prever ela e imprevisível, então podemos
102 votar? Quem é favorável? Contrários? Abstenções? **Este foi por unanimidade, aprovado o cronograma. Passou-se**
103 **ao 3º item da pauta: Alteração do Regimento Interno: :** **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “Regimento Interno,
104 item três de pauta, foi apresentado na ultima reunião, ai eu questiono os conselheiros da forma de encaminhamento,
105 iria sugerir na verdade, tem aqui dois pontos que o próprio grupo não chegou a um consenso então nos temos duas
106 propostas, eu na revisão coloquei três pontos, emendas até eu fiz destaques, na verdade são mais correções de mérito
107 aqui e a Secretaria e dai o que eu ia propor, aquele texto apresentado na ultima reunião, as verdes é as divergentes, as
108 questões da atas do CONSEMA, que não tinha ficado no texto original na ultima reunião, eu inclui aqui mas também
109 deixei em destaque, que a sugestão é que a gente aprovasse o texto base, e votasse naqueles dois pontos aonde o

110 grupo não teve consenso e mais alguns destaques, esses que a Secretaria fez, aos senhores conselheiros eu abro para
111 a palavra de vocês para também se tiver alguma observação, a gente vai estar fazendo os destaques e vota depois,
112 podemos encaminhar assim? Com relação às sugestões, os conselheiros tem alguma sugestão no texto? Ou alguma
113 manifestação? Podemos ai depois fazemos a emenda, sim qualquer alteração no texto base será por emenda, eu fui
114 fazer a revisão ontem e coloquei três destaques aqui por detalhes assim, eu vou colocar também em votação o texto
115 base que foi apresentando na ultima reunião e a gente vai passando os pontos aonde se fizer os destaques, quem é
116 favorável ao texto base, por favor ergam seus crachás? Contrários? Abstenções? **Duas abstenções, então o texto**
117 **base aprovado por maioria. Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “A proposta aqui é que a gente vá seguindo na
118 ordem do texto e ai eu vou esclarecer a primeira emenda que a Secretaria fez Marion qual é o teu artigo?” **Sra. Marion**
119 **Luiza Heinrich- FAMURS:** “É o artigo primeiro mesmo, ali no inciso nono, que trata do Fundo Estadual do Meio
120 Ambiente, na verdade eu fiquei na duvida como a gente fez aquela alteração, aquele projeto de lei para alterar a lei do
121 FEMA , eu fiquei na duvida porque nos aprovávamos as contas do FEMA e aqui esta propor as prioridades para aplicar
122 os recursos do fundo e deliberar sobre o seu plano anual, então o CONSEMA ele não aprova os recursos do FEMA ,
123 não aprova a disposição dos recursos.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “É que na verdade assim, o Plano Anual
124 de Aplicação é o que vai para a lei orçamentaria, que vocês decidem sobre ele e delibera sobre ele, na verdade é isso
125 ai, é deliberar sobre o Plano Anual de Aplicação, aquela resolução que a gente traz todo o ano, hoje ate tem uma
126 alteraçãozinha, quando a SEMA quer usar aquele recurso para outra destinação, para outra rubrica a gente submete
127 sempre ao CONSEMA, então a gente delibera.” **Sra. Marion Luiza Heinrich- FAMURS:** “E aquele outro fundo que vai
128 ser criado com o fundo comissão, não me lembro o nome que foi dado, que o Ministério Publico tem que participar, por
129 causa daquela ADIN?” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “Vai ser uma proposta de projeto de lei debatida ali, então
130 eu acho que depois se ela for aprovada a gente talvez tenha que alterar.” **Sra. Marion Luiza Heinrich- FAMURS:** “Por
131 isso que eu fiquei na duvida, o que vai prevalecer, a decisão do conselho ou a decisão daquele comitê, com a
132 participação do MP.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “A hora que relocar aquele artigo em vigência por uma nova
133 lei, aquela nova formatação com a participação do Ministério Publico, ai aquele conselho que vai deliberar, ai a gente
134 vai ter que arrumar o regimento interno, hoje o que vale é isso aqui, é o que esta na lei, então não teria nem como
135 propor outro regimento interno hoje, aqui no artigo primeiro, a proposta do grupo, estava em aprovar o regimento
136 interno nas audiências publicas e ai isso fica muito genérico, que audiências publicas pode ser varias coisas, e ai eu
137 coloquei o capitulo, Eduardo eu não sei, o Código Estadual do Meio Ambiente ele trata das audiências publicas dos eia
138 rima e mais alguma outra situação, alguma outra avaliação ambientais, então é quais audiências publicas? Poderia ser
139 ate esta aqui, por exemplo, a proposta era só de deixar clara quais audiências publicas, alguém precisa de mais algum
140 esclarecimento com relação a esta emenda.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf-CBH:** “audiência publica dos eia rima,
141 determinado lá na legislação e até hoje eu estava pensando nesse assunto, que eventualmente como existe uma
142 portaria da SEMA, que esta na minha opinião muito bem escrita e não tem maior problema, a SEMA poderia
143 simplesmente trazer essa portaria para cá e poderíamos até criar um instituto, para o CONSEMA referendar uma
144 portaria e não reescrever toda, o CONSEMA aprova a portaria da FEPAM ou da SEMA em relação.” **Sra. Maria**
145 **Patrícia Mollmann-SEMA:** “Eu já solicitei isso para a FEPAM.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf-CBH:** “Ao invés de a gente
146 escrever ela na resolução do CONSEMA, a gente poderia aprovar a portaria da sema, eu acho que isso dá força.” **Sra.**
147 **Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “Mas não importaria reescrever todo o texto lá, colocar o texto e arrumar alguma
148 coisa, Marion.” **Sra. Marion Luiza Heinrich- FAMURS:** “Eu não vejo nenhum problema só que se essa audiência
149 publica é só sobre os eia rima, tem que ficar claro, porque audiência publica, ela pode ser para **Sra. Maria Patrícia**
150 **Mollmann-SEMA:** “Eu vou precisar do código do Meio Ambiente, que dai eu faço a leitura do capitulo dez que ele trata
151 duas ou três hipóteses ali, tu tens ai? De que trata o capitulo dez do Código Estadual do Meio Ambiente, a emenda que
152 eu estou colocando ali é justamente para deixar claro, aprovar o regimento interno nas audiências publicas de que trata
153 do capitulo dez do Código Estadual do Meio Ambiente, não porque isso é uma emenda que eu estou propondo agora,
154 sim eu fui fazer a ultima revisão, essa é uma proposta que eu estou fazendo agora, podemos votar essa emenda?
155 Quem é favorável ao texto da emenda, por favor erga seus crachás? Contrários? Favorável? Abstenções? Aprovada a
156 primeira emenda, referente ao artigo 1º inciso XII, por unanimidade, o próximo ponto em que houve duas propostas da
157 Câmara Técnica é com relação á forma de escolha das entidades ambientais que fala a lei 10.330, então ficou duas
158 sugestões dentro do grupo, a primeira, as cinco vagas indicadas pela APEDEMA , que a proposta A, com alguns
159 critérios de uma prévia publicidade, em função daquele parecer da procuradoria do Estado, orientando que se desse
160 publicidade a esse dia da escolha, as regras da escolha e a segunda proposta que quatro vagas seriam indicados pela
161 APEDEMA e a quinta vaga seria uma escolha, uma eleição dentro do próprio CONSEMA , com esse processo eleitoral
162 aqui, se algum conselheiro explicasse uma proposta, em vez de a mesa ficar explicando, Eduardo, Lisiane, a não ser
163 que os conselheiros dispensem qualquer manifestação, que na verdade isso foi um debate no grupo, eu pensei em se
164 fazer esse debate nem que seja breve aqui.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf-CBH:** “Secretária então eu vou explicar,
165 essas propostas vieram, tendo em vista que no regimento, não tem nenhum critério dizendo como será a representação
166 das cinco entidades ambientais do Rio Grande do Sul, então historicamente essas cinco entidades ambientais elas são
167 escolhidas dentro de cinco entidades ambientalistas e depois com o tempo elas foram sendo referendadas pela
168 APEDEMA, mas ai aconteceu um fato, num certo momento uma das entidades demorou para ser preenchida a vaga e

169 através de um decreto o Governo indicou uma outra entidade diferente e a partir disso se criou celeuma dentro do
170 CONSEMA já faz uns dez anos eu acho, e isso foi judicializado e a entidade que é Amigos da Floresta que esta
171 ocupando essa quinta vaga, das entidades ambientais e tem seu direito, foi reduzido o seu direito de participar, o
172 CONSEMA tem que se manifestar, como é que a gente vai fazer a eleição dessas entidades, como é que elas vão ser
173 escolhidas, não é eleição, é escolhida, porque as cinco entidades elas são escolhidas por entre elas, então a proposta
174 um é voltar como se foi antigamente da APEDEMA, que é a Associação que congrega as entidades ambientalistas,
175 indicasse vagas, ou uma proposta alternativa, tendo em vista que hoje a gente tem uma entidade ambiental que não é
176 filiada a APEDEMA, então se criar uma eleição para uma entidade ambiental, que pelo texto que a gente esta
177 propondo aqui daria praticamente na mesma coisa, na medida em que essa quinta entidade, ela também teria que ser
178 associada no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas, isso é uma regra toda do CONAMA, que em principio
179 nos não temos que atender obrigatoriamente, porque são conceitos um pouquinho diferente, o CONSEMA vem e fala
180 de entidades ambientais e o CONAMA, é sempre falado em entidades ambientalistas e elas tem que ser cadastradas
181 no CNEA, que é o Conselho Nacional de Entidades Ambientalistas que não é o caso, então a ideia é essa, então
182 Secretária eu sugiro que a gente vote e escolha entre a proposta A ou B se ponha em votação, então a discussão é
183 essa, se a gente votar, fazendo uma observação minha, se a gente votar na proposta A, das entidades serem pela
184 APEDEMA tudo bem, mas a gente continua na questão talvez jurídica que a quinta entidade ambiental que esta no
185 CONSEMA, ela esta por direito e ela não esta na APEDEMA, então a gente continuaria com o litigio dentro do
186 CONSEMA, e a segunda proposta, ela talvez resolvesse isso, não tem mais o que dizer.” **Sra. Lisiane Becker**- ONG
187 Mira-Serra: “A primeira questão a escolha dentre as entidades que congregam a APEDEMA é motivo histórico a
188 APEDEMA foi uma das que incentivou a criação do próprio CONSEMA, os critérios são bastante restritivos, porque a lei
189 que fala em entidades ambientais, entidade ambiental pode ser até a própria SEMA, é uma entidade ambiental, então é
190 uma questão de temporariedade nesses conceitos, sobre a questão ali da quinta vaga ser aberta, eu acho bastante
191 interessante até uma vez que nos regramos para fazermos uma serie de critérios que são muito subjetivos, quem faria
192 esses critérios? Como seriam dados esses critérios? Nos utilizamos uma resolução, não é um Conselho Nacional de
193 Entidades Ambientalistas, é um Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas, regulamentado por uma resolução do
194 Conselho Nacional do Meio Ambiente, é uma resolução CONAMA, nos orientamos numa resolução CONAMA assim
195 como outros Estados também fazem para os seus CONSEMAS, eles utilizam, como não tem uma APEDEMA, eles
196 utilizam esse cadastro porque ele segue previsto numa resolução CONAMA, resolução CONAMA 292, então é uma
197 coisa bem aberta, só que tem que seguir essa resolução CONAMA e ter cadastrado no Cadastro Nacional de
198 Entidades Ambientalistas, CNEA, por isso para nós evitarmos essa polêmica de ‘puxa para cá e puxa para lá’, o que é
199 um entidade ambiental e uma entidade ambientalista, se adotou um parâmetro nacional numa resolução no CONAMA,
200 que eu acho que é o mais justo impossível, só para deixar claro.” **Sr. Manuel Christoph Strauch**- UPAN: “Eu gostaria
201 só de explicar porque, o que é isso de estar cadastrado no CNEA, qual é a intenção disso? Existe alguns critérios, que
202 garantem que aquelas entidades ela realmente trabalha com o Meio Ambiente em primeiro lugar, que seja livre na
203 associativa, que seja realmente da sociedade como um todo, e que não seja ligado a algum grupo de interesse,
204 justamente para que haja no CONSEMA, além das diferentes áreas, que precisam necessariamente estar
205 representadas, que exista também a representação de entidades ambientalistas que representam diretamente aquelas
206 pessoas na sociedade que se interessam pelo assunto e trabalham com ele, então para evitar a captação dessas vagas
207 por pontos de interesses específicos, existem esses critérios do CNEA, estabelecidos pelo CONAMA, para garantir
208 essa participação da sociedade.” **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**- FARSUL; “Eu acho que ficou claro com a discussão do
209 grupo, quando nos colocamos na verdade a discussão foi feita em cima da descrição do CNEA e a descrição da
210 APEDEMA, nos fomos analisar no Estado e eu não sei no percentual, mas 20 ou 30% das entidades ambientalistas do
211 Estado estão ligados a APEDEMA, é por isso que a gente tentou deixar que de alguma forma, que outras entidades
212 ambientalistas pudessem também participar, não somente aquelas entidades ligadas a APEDEMA, essa segunda
213 proposta que se completa vamos dizer assim, a decisão tomada á dez ou doze anos atrás, aonde tem uma entidade
214 dentro do conselho que não é ligado a APEDEMA.” **Sra. Andrea Pinto Loguercio**-UFRGS: “Eu só tenho uma certa
215 preocupação com isso, porque assim, o critério que a gente vem usando, que era o critério da APEDEMA, ele traz uma
216 certa isonomia, então criaram um segundo critério, o Ivo acaba de falar 20, 30% das entidades, estão associadas a
217 APEDEMA, significa então que o critério de 80% das vagas para os filiados da APEDEMA acaba então não sendo
218 justo, daqui a pouco nos temos uma nova judicialização, de que tem gente que ficou de fora e que representa a maior
219 parte das entidades, o fato de nos termo hoje uma situação posta de nos termo uma entidade que por uma situação
220 excepcional e que permaneceu na excepcionalidade não ter vindo pela APEDEMA, me parece que ali pelo jeito não
221 houve um consenso nem dentro do GT que tratou disso, de qual é efetivamente o critério, a APEDEMA também tem os
222 seus critérios e no geral tem sido utilizado, não só para esse conselho como para outras instancias em todo o Estado, e
223 me preocupa essa questão de nós continuarmos mantendo uma excepcionalidade, porque daqui a pouco alguém, por
224 exemplo a proposta ali é que neste fórum aqui se vote quem é a quinta entidade que não esta na APEDEMA, não mas
225 é isto que esta escrito ali, serão documentos necessários, deixa eu voltar aqui, a quinta vaga, será preenchida mediante
226 a inscrição a Secretaria Executiva do CONSEMA da entidade ambiental, nos tivemos 30, 40 entidades, como vai se dar
227 essa escolha, tem um segundo critério que fere, a questão da isonomia de qual vai ser a representação das entidades

228 ambientalistas, o que causa talvez um outro problema no Ministério Público.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:**
229 “Aqui a ideia na verdade, seguindo a experiência dos Comitês de Bacias, na verdade a escolha é entre os inscritos,
230 então também gera uma certa forma de representação entre o grupo que se inscreveu também tem que fazer seus
231 acordos, não é um jeito não legítimo, a “judicialização” ocorreu por não ter inscrito, não havia em lugar nenhum como
232 era essa escolha, havia uma tradição de um jeito mas não havia em lugar nenhum decisão clara de como era a
233 escolha, acho que a partir do momento que a gente coloca em regras claras, é o próprio conselho regrando, eu não
234 vejo possibilidade depois de “judicialização” nos moldes que se teve antes.” **Sr. Cylon Rosa Neto-SERGS:** “E só para
235 reforçar é uma regra que nos comitês funciona, eu desconheço casos de judicialização, geralmente dentro dos comitês
236 isso ai tem funcionado e tem operado bem.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf-CBH:** “Senhora Presidente do CONSEMA
237 para fazer andar a reunião, eu manifesto o voto dos Comitês de Bacias, na proposta B, tendo em vista que hoje não
238 tem regramento nenhum em relação as entidades, temos esse problema que vem se arrastando, então por razões já
239 colocadas, eu proponho que se faça a votação e abro o voto dos Comitês de Bacias para a proposta dois para se abrir
240 essa quinta vaga e ela ser decidida nos critérios que estão sendo colocados, em relação a eleição, eu entendo que
241 depois se regra lá na comissão eleitoral, como se imagina, digamos que tenha cinco entidades, se faz como os
242 Comitês, como falou o Cylon, se marca uma reunião, essas cinco entidades sentam numas cadeiras em uma mesa
243 numa sala e ai elas tentam fazer um acordo, é um acordo sim, dois anos uma, dois anos outra e com uma comissão
244 eleitoral, no momento em que essas entidades, nos Comitês sempre deu certo, no momento que essas entidades não
245 chegarem em acordo, a gente já estabelece num processo eleitoral, não havendo acordo, com mínima discordância, as
246 cinco entidades uma delas vai ser eleita por sorteio, ponto final.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “Vocês acham
247 necessário a gente colocar aqui a questão da comissão eleitoral? Esta bem, depois a gente pode aprimorar, essa
248 questão da comissão eleitoral, a ideia era que a Secretaria Executiva acompanhasse, recebesse as inscrições,
249 analisasse as inscrições, algum recurso viesse para a Plenária, mas a gente ali pode optar por se tirar uma comissão
250 eleitoral para acompanhar esse processo, eu achei bem interessante, deixaria mais ágil e mais transparente, ai Eduardo
251 eu prefiro escrever, se vocês acham bom eu prefiro escrever, que é por justamente não escrever, vamos votar proposta
252 A e proposta B e depois a gente vê se precisa atalhar a B se ela ganhar ou enfim a questão da comissão eleitoral.” **Sr.**
253 **Cylon Rosa Neto-SERGS:** “Eu queria abrir o voto da Sociedade de Engenharia da proposta B, também a exemplo dos
254 comitês e se a senhora quer escrever, porque não se coloca somente a metodologia aplicada aos Comitês de Bacias.”
255 **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “Mas isso ai, pode alterar lá e a gente não quer que altere aqui, eu acho, esta
256 aqui na verdade, a eleição entre os inscritos, então os inscritos que irão se eleger.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-**
257 **SEMA:** “A gente vai discutir detalhe, detalhe a reunião não anda, esse é que é o problema.” **Sra. Maria Patrícia**
258 **Mollmann-SEMA:** “Vamos votar então por favor, estão todos esclarecidos as duas propostas, eu vou colocar em
259 votação então, quem é favorável a proposta A, todas as vagas pela APEDEMA, onze votos, favorável a proposta B? A
260 Secretaria é favorável a proposta B, abstenção nenhuma, eu vou fazer nominal, porque esta faltando, eu vou chamando
261 por entidade, Secretaria de Transporte se encontra? Não esta, Minas e Energia? Proposta A, Secretaria da Agricultura
262 e Pecuária não esta, Educação também não esta, Secretaria da Cultura proposta? Proposta A, Secretaria do
263 Desenvolvimento Econômico de Ciências e Tecnologia? Proposta B, Secretaria de Obras? Proposta A, Planejamento?
264 Proposta B, Segurança Publica? Proposta B, a Saúde não se encontra, IBAMA? Abstenção, FEPAM? Proposta A,
265 Instituição Universitária Publica? Proposta A, SINDIAGUA? Proposta A, FETAG? Proposta B, o CREA? Proposta B,
266 FIERGS? Proposta B, Sociedade de Engenharia? Proposta B, FAMURS? Proposta B, Comitê de Bacias? Proposta B,
267 Fundação Zoobotânica? Proposta A, FECOMÉRCIO? Não veio, FARSUL? Proposta B, Amigos da Floresta? Proposta
268 B, IGRÉ? Proposta A, UPAN? Proposta A, Mira-Serra? Proposta A, ASSECAN? Proposta A, a SEMA vota pela B e
269 agora gurias? **12 B e 11 A e uma abstenção, ganhou a B por um voto, 12 pela B, 11 pela A e uma abstenção, ai**
270 **fecha os 24 presentes**, a proposta da Secretaria do Meio Ambiente é colocar que se tiraria uma comissão eleitoral de
271 pelo menos umas três pessoas do CONSEMA para acompanhar o processo, na verdade a Secretaria Executiva que
272 recebe as inscrições e no dia ali aonde se reúne as entidades mais ou menos como observadoras eu acho que é
273 importante, não sei sugestão que a gente tire a sugestão? Não agora todos, independente do que ganha aqui todos
274 saímos abraçados por favor, aqui não adianta, aqui é o coletivo, podemos colocar? Alguma outra sugestão? Eu vou
275 escrever aqui, não sei se vocês querem aprimorar alguma coisa do texto me ajudem, por favor, a ideia é que então a
276 gente retire da Plenária uma comissão de três membros para acompanhar esse processo, as vezes falta documento, é
277 um observador, se tiver algum enrosco grande, fica no recurso na Plenária, isso ficou nos Comitês, Eduardo.” **Sr.**
278 **Eduardo Osório Stumpf-CBH:** “É só uma duvida Presidente, eu sei que nos do regimento definiu que nas Câmaras
279 Técnicas o voto do Presidente é sempre qualificado não é voto de minerva, então nessa edição hoje, isso parece que
280 não esta escrito no regimento, então a senhora votou pela SEMA, então nos vamos adotar também no CONSEMA, não
281 esta escrito em lugar nenhum.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “
282 No regimento esta escrito, na proposta do regimento interno aqui esta.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf-CBH:** “É que eu não
283 achei então, a proposta é que no CONSEMA seja todos os votos qualificados e não tem voto de minerva, isso? **Sra.**
284 **Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “Não no CONSEMA, nesse regimento esta escrito voto, na verdade é o voto normal e
285 se for necessário o de desempate, é isso que esta escrito aqui, no CONSEMA, E Câmara Técnica não. **Sr. Eduardo**
286 **Osório Stumpf-CBH:** “Tá, então se estivesse empatado, a Presidente do CONSEMA, daria o voto de minerva aqui no

287 CONSEMA? **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “Aqui no CONSEMA, na Câmara Técnica como não é um órgão de
288 apoio e pode vir duas propostas para a Plenária, o que não pode acontecer nesse conselho é ficar uma situação que
289 não se decide então essa é uma situação que seria o mais absurdo dos absurdos, eu vou ler a emenda aqui e vou
290 colocar em votação então, coloquei um paragrafo no artigo sétimo, que não vai ser sétimo ele vai ter que trocar de
291 numero, aqui esta o sete A, a Plenária do CONSEMA, escolherá três de seus membros para formar uma comissão para
292 acompanhar o processo eleitoral e decidir sobre eventuais intercorrências, e ai o paragrafo quarto é um pouquinho
293 maior, ficou eventuais recursos no processo eleitoral, serão decididos pela plenária do CONSEMA , fica comissão para
294 acompanhar e alguma coisa maior que se recorra irá vir para a Plenária, todos esclarecidos alguma observação nessa
295 redação? Eu vou colocar em votação essa emenda da comissão eleitora, quem é favorável por favor, erga os crachás,
296 favoráveis? Contrários? Abstenções? **Aprovada a emenda por unanimidade.** Seguindo no texto, outra divergência
297 entre o grupo, com relação a representação da Câmara Técnica, uma proposta era que as Câmaras Técnicas de cada
298 entidade tivesse um representante titular e dois representantes suplentes, podendo indicar ainda a qualquer tempo um
299 representante específico para determinadas reuniões, isso é a redação que esta na resolução, a 296, aquela que a
300 gente apresentou das Câmaras Técnicas e dentro do grupo, surgiu a redação aonde se retiraria a possibilidade de se
301 indicar a qualquer tempo representante específico, para determinadas reuniões, a proposta era que ficasse igual a 296
302 que é a proposta A , a gente esta escrevendo uma coisa que já acontece na pratica, porque as indicações da Câmara
303 Técnica, não precisam ter nomeações pelo Governador do Estado ou alguma formalidade maior, basta a indicação para
304 a Secretaria Executiva, eu acho que isso facilitaria o trabalho da própria Secretaria Executiva, então tem os
305 representantes indicados em longo prazo e eventualmente dependendo do assunto, se a entidade achar que é mais
306 adequado vir outro, ela diz “para essa reunião é o fulano”, senão ela teria que indicar e na reunião seguinte desindicar,
307 indica e desindica, ela já poderia fazer essa forma, só que não institucionalizado, poderia usar os subterfúgios, e não há
308 como impedir porque não tem nomeação pelo Governador, essa é a ideia da proposta A, que
309 fique os representantes lá a longo prazo e se por acaso necessitar em razão da matéria ou de alguma impossibilidade
310 possa trazer um ofício, este me representa hoje, não sei se alguém quer fazer a defesa da proposta B? **Sr. Ivo Lessa**
311 **Silveira Filho**- FARSUL: “Na verdade não é uma defesa da proposta B, a proposta B simplesmente ela manteve parte
312 da proposta A de mais dois suplentes, e deixando a critério, mais reciproca para as pessoas dos convidados, ouve a
313 indicação do representante de uma determinada reunião, ficando aberta a possibilidade de convidados para na reunião
314 debater, mas acontece que não teria poder de decisão por voto, ai não contaria quórum, não sei eu pra mim é
315 indiferente, acompanho a maioria.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “Mais alguma inscrição, na verdade a A,
316 facilita o trabalho, vocês tem alguma manifestação? Algum esclarecimento, então vamos votando, quem é favorável a
317 proposta A? Não acho que não precisamos contar, favoráveis a proposta B? Abstenções, **aprovada a proposta A por**
318 **unanimidade**, Marion o que nós pulamos? Paragrafo 5º do artigo 5º (conversas paralelas) e por fim acho que falta a
319 questão da ata resumida que na ultima reunião o texto foi encaminhado para os conselheiros da ultima reunião que se
320 colocou a debate, nos não tínhamos inserido a parte da ideia de se fazer das reuniões plenárias uma ata resumida, e se
321 colocar a gravação também como um documento oficial que fica a disposição da Secretaria Executiva, eu mostrei o
322 texto da ata resumida no dia ali, só que ela não estava na proposta original, por isso eu coloquei ela como emenda,
323 então a ideia é assim, as atas das reuniões da Plenária do CONSEMA, serão feitas de forma resumida contendo no
324 mínimo as seguintes informações, data, local, horário de inicio da reunião, data local e horário, nomes dos conselheiros
325 presentes e instituições que representam, registro das instituições ausentes, pauta da reunião, descrição resumida de
326 cada item de pauta contendo apresentação e relato do item de pauta, nome dos conselheiros que se manifestaram,
327 resumo dos debates destacando as posições defendidas, encaminhamentos do item de pauta, explicitando as
328 deliberações ou providencias que devam ser adotadas, constando quando houver o resultado da votação, é facultado
329 ao conselheiro requerer a inserção de sua fala em ata, sempre que expressamente solicitado, a ata deverá ser enviada
330 aos conselheiros juntamente com a convocação da reunião ordinária seguinte, então essa é a proposta do grupo, na
331 verdade isso foi unanime no grupo eu só coloquei como emenda, a gravação da reunião ficara disponível na Secretaria
332 Executiva por um período de pelo menos cinco anos, então o áudio fica lá com as atas resumidas, com relação a essa
333 proposta não houve divergências no grupo, alguém quer esclarecimentos, inclusões, debates? Não. Então votamos a
334 emenda favorável? Contrários? Abstenções? **Aprovado por unanimidade a emenda dois.** As Câmaras Técnicas
335 poderão criar grupo de trabalhos para auxiliar nos estudos, proposições e relatórios da matéria que lhe forem
336 encaminhadas, podendo inclusive convidar interessados no assunto objeto de sua constituição para integra-lo.” **Sra.**
337 **Marilene Conte**-FIERGS: “A duvida é se dentro desse texto esta claro que desde indicados por algum participante da
338 Câmara.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “É que ai a Câmara Técnica que vai convidar.” **Sra. Marilene Conte**-
339 FIERGS: “Se uma entidade da Câmara Técnica pode convidar, interessados no objeto, mas não é a Câmara Técnica é
340 a entidade que representa a Câmara Técnica, porque aquela pessoa vai falar pela entidade.” **Sra. Maria Patrícia**
341 **Mollmann**-SEMA: “Sim, mas vai ter que ter um consenso na Câmara, não vai inserir alguém no grupo de trabalho se a
342 Câmara não quer, penso eu, é diferente de tu dizer “ai que essa pessoa fala por mim” essa pessoa representa a
343 FIERGS, a ideia é que assim, nós estamos convidando a OAB para participar do Grupo de Trabalho da Mata Atlântica,
344 ela fala pela AOB, não fala por nenhuma das entidades, mas ela participa do grupo, era esta ideia, porque a outra
345 hipótese não esta vedada, como tu podes indicar representantes, tem um dispositivo que tu pode indicar um

346 especialista para falar pela tua entidade, isto é mais uma opção, para mim esta claro assim, ela não é a única forma é
347 mais uma.” **Sr. Cylon Rosa Neto**-SERGS: “Marilene, a gente fez muito isso na Câmara de Mineração, quando tinha um
348 assunto relevante, a gente trazia um especialista, o Presidente se manifestava dizendo que a entidade sugeriu e o
349 Presidente se submetia as entidades, a contribuição daquela pessoa era aprovada e ela era convidada para as
350 reuniões.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “E a ultima coisa que do grupo a gente acabou não escrevendo, era o
351 que se revogava, as resoluções que se revogava, o que se esta revogando expressamente, a resolução 007/2000, que
352 é o regimento interno anterior, e a 64/2004, que tratava antes do pedido de vista, porque agora o pedido de vista ficou
353 dentro já do regimento, então as duas revogando expressamente e com relação a 296, que é a resolução das Câmaras
354 Técnicas, a ideia é como o regimento interno absorveu a gente revogar os dispositivos que ficaram repetidos, deixa eu
355 pegar a 296 os três parágrafos, o paragrafo primeiro, paragrafo segundo e paragrafo terceiro do artigo segundo, que
356 tratavam da convocação por e-mail, da exclusão pela ausência, que a inclusão da entidade dependerá de deliberação
357 da Plenária, elas foram todas incertas no texto dessa resolução, então para não ficar duplicado, daqui um tempo a
358 gente arruma o regimento interno e esquece aquela antiga, a ideia é retirar os dispositivos daquela antiga que tratam
359 coisas de regimento interno para limpar, então o que a resolução das Câmara Técnicas trataria hoje, ficaria só com o
360 texto do numero de participantes, pode ser depois revisto nessa própria resolução quando for se mexer nessa, uma
361 coisa é matéria de regimento outra coisa é o numero de participantes e as entidades que acompanham e tem essa aqui
362 das Câmaras Técnicas, querem mais algum esclarecimento mais alguma manifestação, eu vou colocar em votação
363 então essa emenda final, quem é favorável? Contrários? Abstenções? **Uma abstenção, aprovado por maioria.** Temos
364 um novo regimento interno meus parabéns a esse grupo, muito bom, esta excelente, foi um ano, até que foi rápido esta
365 bom, foram dez reuniões do Grupo de Trabalho, onze reuniões do Grupo de Trabalho, agora tem o GT da Mata
366 Atlântica, dos intervenientes, da Mata Atlântica. **Passou-se ao 4º item da pauta: Alteração do Plano de Aplicação
367 dos Recursos do FEMA: Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “Veio da Câmara Técnica uma proposta, eles
368 analisaram um projeto, apresentado pelo departamento de Biodiversidade, que fez um planejamento para fiscalização
369 em uma força tarefa em unidade de conservação, então seria esforços da Secretaria do Meio Ambiente e do batalhão
370 ambiental da Brigada, agora principalmente na época de verão que tem mais pressão de uso, principalmente nos
371 parques de Itapeva, Turvo e Itapuã, esse assunto foi debatido na Câmara Técnica, aprovado e encaminhado uma
372 alteração no plano de aplicação, é o plano de aplicação no ano que vem isso aqui seria para acontecer em Janeiro,
373 Fevereiro, a gente esta republicando ela, essa resolução não foi encaminhada para os conselheiros, a gente fez hoje de
374 manhã.” **Sr. Cylon Rosa Neto**-SERGS: “Eu sou o Presidente da Câmara, queria me dispor a fazer o relato, eu queria
375 dizer que a Câmara do FEMA, ela aprovou já o orçamento de 2016 em prazo hábil no mês de agosto, de lá para cá
376 surgiram algumas demandas, tanto da Secretaria, quando do Batalhão Ambiental em relação a ações emergenciais,
377 necessárias para o verão aqui, tanto na parte de fiscalização quanto a questão da balneabilidade, então isso gerou um
378 complemento para os recursos de aplicação do fundo, foram unanimemente aprovados na Câmara e nos entendemos
379 por bem, eu não sei se foi por bem ou uma demanda legal, mas enviar isso aqui para Plenária, no sentido de haver a
380 ratificação disso por favor, porque foi amplamente apresentado, amplamente discutido dentro da Câmara do FEMA e
381 houve um consenso absoluto entre as entidades de que era necessária essa alteração, ela não é tão representativa em
382 termos de valor, mas em termos de objetivos e de necessidades de Estado sim, que parte de nos todos e aproveitando
383 eu queria dizer que a Câmara do FEMA não apenas já votou, tudo aquilo que o Estado estabeleceu como recurso para
384 o ano que vem, como ela já priorizou uma serie de projetos, tanto do batalhão ambiental como o departamento de
385 Biodiversidade, para o caso de haver suplementação, então se houver suplementação de recursos, a Câmara já
386 trabalhou e já deixou hierarquizado projetos prioritários, ou seja a Câmara cumpriu seu papel e o que a gente esta
387 pedindo então, eu estou na posição de conselheiro mas estou falando como Presidente da Câmara do FEMA , que por
388 favor então, a Plenária ratifique isso no sentido de que esses recursos já possam ser aplicados imediatamente, porque
389 é no inicio de Janeiro que já são necessários na operação de verão e etc.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “Só
390 para esclarecimentos dos conselheiros, tinha trezentos mil reais para material de consumo veículos, aprovado na
391 resolução anterior do FEMA , se retirou os sessenta e quatro mil dessa rubrica e na rubrica diárias que é para
392 pagamento de diárias do Plano Nacional de Controle, que seria uma força tarefa de fiscalização feita agora na unidade
393 de conservação e remanejamento.” **Sr. Cylon Rosa Neto**-SERGS: “A dois anos atrás a Câmara do FEMA deliberou
394 uma questão muito similar a essa, porque havia uma necessidade de fiscalização no Rio Uruguai no período da
395 Piracema, e se a Câmara não tivesse deliberado sobre isso não teria vindo essa fiscalização, e a fiscalização ocorreu
396 foi um grande sucesso e contribuiu muito para que a Piracema não tivesse ação de pesca predatória, então esse é um
397 dos objetivos também dos recursos.” **Sra. Lisiane Becker**- ONG Mira-Serra: “Não estou entendendo algumas coisas,
398 primeiro o Plano Operacional de Controle é para a Unidade de Conservação até aonde eu sei e estava extinto, eu até
399 participava das reuniões, uma coisa é POC e outra coisa é Piracema, então já são dois projetos que eu não estou tendo
400 ideia do que são esses projetos exatamente, segunda coisa, nos estamos aprovando um FEMA enquanto que o anterior
401 não foi cumprido é isso? Porque o outro não foi cumprido, as entidades passadas tem um edital publico, a nossa de
402 novo tirou o primeiro lugar no edital publico e nós não recebemos o dinheiro ainda para fazer o projeto, então agora nos
403 estamos pedindo já para o ano que vem adiantar, nos estamos fazendo um FEMA e outro não foi cumprido.”
404 **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “É um remanejamento feito dentro do orçamento do ano que vem. **Sra. Lisiane**

405 **Becker**- ONG Mira-Serra: “Sim, mas do FEMA, que ano?” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “Este aqui é para
406 2016.” **Sra. Lisiane Becker**- ONG Mira-Serra: “Pois é, o de 2014, ainda não foi cumprido.” **Sra. Maria Patrícia**
407 **Mollmann**-SEMA: “Sim só que esses recursos vão ser utilizados no ano que vem, na verdade é um planejamento para
408 Janeiro, Fevereiro para o ano que vem, então não estou mexendo no de 2015, estou mexendo no de 2016.” **Sra.**
409 **Lisiane Becker**- ONG Mira-Serra: “Por mais apreço que eu tenha pela Brigada Ambiental, eu gostaria de saber quais
410 são exatamente os projetos, falou em o Plano Nacional de Controle, que é uma coisa que são todos da Unidade de
411 Conservação, não seria só num ou no outro, é uma ação conjunta, não é só a Brigada que faz, o POC é feito com o
412 IBAMA, é feito com o município, com as unidades de conservação particulares.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA:
413 “Essa proposta é focando que possuem mais demanda de recreação no verão agora, é específico para as três, Itapeva,
414 Turvo e Itapuã, a ideia é concentrar guardas parques e o batalhão ambiental, nessa época de verão, nessas três
415 unidades, esse que é o planejamento.” **Sra. Lisiane Becker**- ONG Mira-Serra: “E o critério de escolha foi da brigada?”
416 **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “Não, isso aqui é uma proposta do departamento de Biodiversidade da Duque,
417 isso aqui veio pela Secretaria, Equipe Técnica; Rafael Caruso Erling, Saete Beatriz Ferreira, Colaboração e Execução;
418 Paulo Grubler, Equipe de Fiscalização do PEVA, Thiago Loch do Itapeva, aí tem o pessoal do Turvo o Telmo, é da
419 equipe da Secretaria do Meio Ambiente, dos PACs da SEMA.” **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**- FARSUL: “Na verdade tem
420 um orçamento e são apresentados projetos, programas para a Câmara Técnica do fundo e essa coloca aquilo ali em
421 ordem de prioridade ou o que ela aprova, então vamos fazer assim, é sobre demanda, não é Câmara que entende não,
422 essas diárias, o assunto não entrou em pauta aqui mas a questão dos programas na verba que é a complementação,
423 aonde esta aquela questão tua que foi votado também.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: ‘Eu não sei se os
424 conselheiros querem mais algum esclarecimento? Podemos colocar em votação? Quem é favorável pela nova proposta
425 do plano de aplicação? Os contrários? Abstencões? **Cinco abstencões, aprovado por maioria. Passou-se ao 5º item**
426 **da pauta: Ratificação da Resolução CONSEMA 275/2012:** É uma demanda da Câmara Técnica de Mineração,
427 quando chegou na Secretaria Executiva do CONSEMA, a Secretaria me deu vistas e eu encaminhei para o diretor
428 técnico da FEPAM, para conhecimento e manifestação, ele até hoje não pode estar presente, esta aqui o Cristiano
429 representando a FEPAM, se vocês me permitem ele fez uma informação hoje e eu acho que na verdade soluciona, vou
430 passar o relato para ti Walter, queres fazer qual é a divergência e eu passo a manifestação da FEPAM, que dai os
431 conselheiros conseguem entender qual a divergência.” **Sr. Walter Alexandre Rizzo Fichtner**- FIERGS: “É que na
432 Câmara Técnica de Mineração tem sido discutido amplamente a pesquisa especialmente no Guaíba, o código de
433 mineração, qualquer bem minerais, seja ouro, brita tudo, a pesquisa é isenta de licença, o proprietário do direito
434 minerário faz a pesquisa, apresenta ao DNPM o plano, e o DNPM dá e dai com a outorga do DNPM, ai se pede a
435 licença para a FEPAM para a exploração desse bem mineral, mas a pesquisa é isenta de licença, e o CONSEMA em
436 2012, fez uma resolução afirmando isso, aprovando isso, e hoje se discute tem ai uma discussão muito grande, de que
437 esta proibida a pesquisa de areia, especialmente no Guaíba, o que é um contrassenso, porque se o CONSEMA fez
438 uma deliberação nivelando a areia como todos os demais minérios existentes, e no qual é isento de licença a pesquisa,
439 somente a pesquisa, porque esse imbróglio todo, esta se criando essa polemica, foi criado uma comissão para poder
440 simplesmente se fazer pesquisa, para poder saber se tem ou não tem, se é bom se é valido se tem potencial
441 econômico, enfim uma serie de coisas, então a Câmara Técnica de Mineração e seus membros todos, pediram para
442 que fosse encaminhado para que o CONSEMA ratificasse essa resolução, porque dai nos vamos ter que dar um outro
443 andamento nisso.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “O que coloca aqui é o diretor técnico, ele coloca, a FEPAM
444 ela utiliza a resolução 275/2012 do CONSEMA, principalmente baseado nos seguintes fatores; existência de um termo
445 de referencia específico para licenciamento, para pesquisa mineral ou com guia de utilização apresentada em anexo,
446 existência de licenças de operação com prazo de vigência expirado, inclusive emitidas anteriormente a resolução
447 275/2012, sem precedentes de outras fases de licenciamento, existência de solicitação de licença de operação sem
448 precedência de licença prevê, instalação ou prevê instalação unificada para pesquisa com guia de utilização,
449 aguardando manifestação da FEPAM, cuja a ralação é apresentada em anexo e existência de licença de operação
450 vigente para atividade de pesquisa mineral com guia de utilização cujo o parecer para licença de operação a própria LO
451 informações a guia do DNPM, também estão apresentadas em anexo, por fim é importante salientar que a própria
452 FEPAM se manifestou sobre o FEMA na reunião 65 da Câmara de Mineração, conforme unificado as linhas, 52,53, 54
453 da ata, senhor Leondres DMIN, esclarece que a DMIN aplica resolução CONSEMA que só licencia a pesquisa com
454 guia, desta forma esta claro que a FEPAM não apenas utiliza a resolução 275/2012, como a referida resolução reflete
455 os procedimentos já adotado pela FEPAM, antes de sua publicação, uma vez que há diversas licenças de operação
456 emitidas anteriormente a setembro e que encontre sua vigência expirada.” **Sr. Walter Alexandre Rizzo Fichtner**-
457 FIERGS: “O que esta dizendo ai, é que então quem não tem guia pode fazer pesquisa mineral no Guaíba e não tem
458 problema?” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “É o que esta dizendo aqui, que na verdade, a gente reconhece a 275
459 e a pesquisa licenciada, mas dai é por causa da recomendação do Ministério Publico.” **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**-
460 FARSUL: “Eu faço parte da Câmara Técnica, o quadro esta nos mostrando, considerando o paragrafo primeiro do artigo
461 210 da lei 11.520, ultima parte ali, licenciamento ambiental para pesquisa mineral pelo órgão competente, então por
462 isso que foi feito essa resolução 2012, para regulamentar a pesquisa e nos tivemos uma manifestação anterior a esta
463 reunião que foi relatada pelo representante na FEPAM, que ela se baseava na lei Estadual, no código do Meio Ambiente

464 e não na resolução, então por isso que foi pedido esse esclarecimento, e eu acho que agora esta claro, agora ficou bem
465 claro que a questão ficou resolvida, com guia tem que pedir licenciamento e pesquisa sem guia esta autorizado, é isso.”
466 **Sr. Eduardo Osório Stumpf**-CBH: “Esta resolução ela foi aprovada lá em 2013, talvez a maioria não sabe qual a
467 diferença, a pesquisa mineral, para fazer uma pesquisa mineral, digamos lá coletar amostra, precisa ter o teu registro
468 no DNPM ponto, e tu é livre para fazer essa pesquisa e é o que esta dizendo essa resolução, agora na medida que tu
469 tem a guia de utilização, guia de utilização é o que? Que tu faz a pesquisa mas tu já estrai por exemplo areia, já extrai
470 um pouco de areia, algumas cargas, que essa tua pesquisa já deixa utilizar, vender essa areia para ver se o mercado
471 gostou ou coisa e tal, então isso é com guia de utilização, essa pesquisa ai sim, com guia de utilização existe a
472 necessidade de licenciamento ambiental é o que o parecer da FEPAM esta dizendo, então parece que pelo que eu
473 entendi é a única dificuldade aqui é que eventualmente o Ministério Publico estaria se arvorando o direito de proibir a
474 pesquisa mineral sem guia de utilização do lago, isso ele não pode, ta mas isso ai tem que ir ao judicial, não tem nada
475 que ver com o CONSEMA.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “É isso que eu digo, o CONSEMA não, aqui esta
476 valendo a FEPAM diz que observa, essa sem guia nem chegaria na FEPAM.” **Sr. Cylon Rosa Neto**-SERGS: “É
477 importante as pessoas saberem da história, eu era o Presidente da Câmara na época que a gente aprovou essa
478 resolução, porque que isso aconteceu? Porque como sempre existe alguns desvios, então tinha pessoas que estavam
479 minerando com guia de utilização, essa é a verdade dos fatos, isso não acontece mais, então, inclusive o objetivo
480 dessa resolução foi evitar que esse tipo de questão acontecesse, ai se separou, se tem guia de utilização tem que
481 licenciar, porque dai vai delimitar quantidade, vai delimitar regra, vai fazer tudo como tem que ser, e quem não tiver guia
482 de utilização, vai fazer a pesquisa libera, e tem ainda uma outra questão complementar que é importante que os
483 conselheiros saibam, é que ficou acordado a época lá em 2012, que como se sabia que o Estado iria fazer o
484 Zoneamento Ecológico Econômico, esses dados de pesquisa seriam publicitados por quem fizesse a pesquisa, e isso
485 também seria subsidio, para o estudo do Zoneamento Econômico Ecológico, forma esses objetivos que nortearam a
486 época á essa ação, regradar aquilo que não esta sendo regradado, coibir os abusos que estavam acontecendo com a guia
487 de utilização e realmente disciplinar e premiar aqueles que cumpriam a lei, ou seja quem ia lá só fazer a sua pesquisa e
488 se retirava e ia para o DNPM cumprir o rito, esses mineradores ficaram inclusive proibidos em função do que aconteceu
489 posteriori, então a ideia que surgiu na Câmara agora foi, vamos ratificar isso porque dai tu estas premiando os bons e
490 realmente evitando qualquer tipo de abuso porque na guia de utilização ficam claros todos os limites do que tem que
491 ocorrer e as vezes estava ocorrendo a pesquisa com guia de utilização sem licença, então ai se misturava as duas
492 coisas, foi isso que aconteceu na época, então se regrou isso, lá em 2012, tanto que pelo o que eu me lembro, passou
493 no CONSEMA sem nenhum problema, porque é exatamente criada uma regra clara, a gente esta pedindo é que se
494 ratifique essa regra agora para que ela possa de novo ser aplicada e esse dado de pesquisa sirva também de subsidio
495 para o Zoneamento Econômico Ecológico, pelos grandes problemas do Zoneamento Econômico Ecológico é a questão
496 da informação consistente, quanto mais pesquisa tiver, mais consistente será a informação porque vai ter o inverso de
497 análises de laboratório, se há ou não metal pesado todas essas coisas e a condição de subleito do Guaíba a
498 informação vai ser muito mais ampla.” **Sr. Walter Alexandre Rizzo Fichtner**- FIERGS: “É o que gerou lá é exatamente
499 o que o Cylon disse, só que volto a dizer, o grande problema que se concentra no Guaíba, é que qualquer minério é
500 livre, para fazer pesquisa de licença, a própria areia não sendo utilizada também deveria, só que hoje, nos temos uma
501 resolução ai uma determinação do Ministério Público, proibindo a pesquisa que é um dos fatos mais importantes para
502 se ter subsídios e para se tomar decisões futuras, simplesmente a pesquisa só de areia, pode tirar ouro o que tu quiser,
503 isso pode tirar, petróleo pode fazer o que quiser agora a areia no Guaíba é proibido é um contrassenso e o CONSEMA
504 tem uma deliberação que diz que sem guia de utilização poderia ser feita a pesquisa, a grande discussão é que, proibir
505 uma pesquisa é uma coisa extremamente radical e prejudicial ao desenvolvimento do próprio Estado, então eu pedi
506 para esclarecer isso.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “Enfim, mas o que eu só não consigo formatar, eu acho
507 que aqui com essa informação fica o posicionamento do órgão ambiental, eu não vejo que ato o CONSEMA pudesse
508 fazer, eu acho que aqui ficou claro, lá nos outros fóruns, ficou dentro do processo administrativo que esta debatendo
509 essa questão esse é da demanda especifica do conselho, a ratificação da resolução 275, então tem o processo
510 administrativo 14.539-0500/15-8 que esta as demandas da Câmara de Mineração e informação técnica da FEPAM, ai
511 depois os senhores podem pegar copia na Secretaria Executiva.” **Sr. Cylon Rosa Neto**-SERGS: “Posso fazer uma
512 sugestão Secretária? Nos temos reunião da Câmara de Mineração segunda feira, então poderia haver um
513 encaminhamento da informação desse parecer, para a reunião da próxima segunda feira por favor, porque dai pelo que
514 a gente sabe o próprio diretor técnico, ele vai estar presente na reunião e ele pode esclarecer isso tudo e já resolve o
515 problema.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “Secretaria Executiva já esta em pauta esse assunto? O processo
516 vai estar a disposição, vai o processo, o processo vai estar a disposição do Presidente.” **Passou-se ao 6º item da**
517 **pauta: Relato sobre o ZEE/RS: Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “Eu pedi para incluir aqui um pequeno relato
518 sobre o andamento do Zoneamento Econômico Ecológico, nos temos um acompanhamento pela Câmara Técnica de
519 Planejamento aqui do CONSEMA , que restou decidindo que haveria uma apresentação do Zoneamento lá nessa
520 Câmara Técnica e ela vem acompanhando, nos tivemos já duas reuniões, da Câmara Técnica quatro, especificamente
521 sobre o ZEE foram duas, uma primeira aonde houve a apresentação pela Secretaria do Meio Ambiente e se distribuir ali
522 o termo de referencia da licitação, ele até esta disponível aos conselheiros se quiserem também o termo de referencia

523 da licitação e encaminhamos também as diretrizes técnicas lá da Comissão Nacional da ZEE, digamos assim que é um
524 manual de se fazer Zoneamento e também para os membros da Câmara Técnica, se os conselheiros se interessarem
525 também esta disponível aos conselheiros o CONSEMA , a ideia da Secretaria do Meio Ambiente é que esse assunto
526 venha sendo acompanhado desde o começo aqui pela Câmara Técnica e pelo CONSEMA para que o Zoneamento
527 também saia daqui , não sei se todos os pontos a gente vai, vão acabar ficando no CONSEMA , tem que se ver qual o
528 produto desse Zoneamento dos estudos se todos vão caber aqui nas regras ambientais se vai ter coisas que vão ter
529 que ser inseridas em planos diretores ou em legislação, mas é importante que o CONSEMA acompanhe, a contratação
530 da empresa a gente esta para assinar o contrato agora ainda em Dezembro e a ideia é que se de o inicio dos trabalhos
531 logo após ao carnaval ali, porque os dois primeiros meses dessa contratação, uma contratação de dois anos, os dois
532 primeiros meses, são meses de planejamento, planejamento das atividades da empresa e planejamento da participação
533 popular, e para a gente esse período de planejamento é o mais importante desse contrato todo que tu reescreve termo
534 de referencia, a ideia é que no dia 16 já tem uma reunião da Câmara Técnica de Planejamento marcada, a gente ia
535 pedir licença para outra Câmara para pegar essa pauta, para ter uma reunião da Câmara Técnica de Planejamento, a
536 gente achou que o Presidente gentilmente iria ceder a data da sua agenda, porque para começar a contratação da
537 empresa, tem que começar o planejamento junto com a Câmara Técnica, vai ter uma equipe grande da Secretaria,
538 fazendo o plano de trabalho a ideia do plano de trabalho é reescrever o plano de referencia, o que a empresa tem que
539 olhar dentro do diagnostico que ela vai fazer, que a primeira fase é coletar os dados disponíveis, no zoneamento já
540 existente, dados do IBGE, planos de bacias hidrográficas, o zoneamento lá do Ministério do Meio Ambiente,
541 mapeamentos que tenham dentro da fundação Zoobotânica, tentar se compilar, a gente chamou a FEE também tem
542 participado da Câmara Técnica, embora não seja membro eu convidei, eles vieram para tomar conhecimento, a
543 METROPLAN participou, eu convidei a Secretaria de Desenvolvimento Rural também, a ideia é trazer as entidades para
544 o fórum do CONSEMA para fortalecer aqui a instituição e ter um debate único, a primeira fase é essa de compilar
545 dados, depois nos teremos uma fase aonde a empresa vai complementar algum diagnostico que não tenha e o fim é a
546 fase do prognostico, aonde se tomarão as decisões, só que a gente tem que planejar bem, ver quais conflitos, quais
547 dados que a gente quer ter o olhar para chegar na hora do prognostico que seja algo que se entenda razoável para o
548 caminho, a gente tem o caminho bom desde o começo, então era mais para ter o relato, avisar que dia 16 terá a
549 reunião da Câmara Técnica de Planejamento, 16 de fevereiro às quatorze horas, ai esperamos que a empresa já esteja
550 com a ordem de inicio dos trabalhos, estaremos em pleno mês de planejamento, a ideia de não fazer em janeiro e antes
551 do carnaval é a função de férias e ia sair um planejamento quebrado natal, ano novo e janeiro a empresa entendeu,
552 Eduardo eu não sei se tu queres colocar alguma coisa o nosso Presidente da Câmara.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf-**
553 **CBH:** “Então em janeiro não vamos ter reunião, só em fevereiro?” **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “
554 Desculpe na verdade ficou agendada uma em janeiro sim, mas não será essa do planejamento, eu acho que a gente
555 vai ter alguma coisa preparatória, ficou a data, não temos pauta montada ainda.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf-**
556 **CBH:** “Só tentando complementar o que a Secretária falou que a Câmara de Planejamento Ambiental se reuniria na terça
557 feira, então nos tivemos a apresentação da empresa, foi a empresa CODEX, que é a que faz a parte mais de geomática,
558 mais física ai vai ter a AQUAPLAN, é uma empresa alemã, ela fez a apresentação, já se fez as discussões e tivemos a
559 ideia de digamos, lá em fevereiro se fazer uma reunião com as representações, tanto do CONSEMA como de outras
560 instituições, a Secretária também anunciou que esta levando esse assunto para a Casa Civil, assim como a gente tem
561 um decreto que institui hoje o grupo de acompanhamento, que tem quatro, cinco Secretarias, então de ampliar esse
562 grupo e incluir outros atores como FEE, METROPLAN e politicamente, estamos tentando que o CONSEMA seja o
563 órgão, como ele é o órgão superior do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, que eles façam acompanhamento disso e
564 na Câmara Técnica aonde o assunto foi encaminhado para a Câmara Técnica para haver as apresentações pela
565 SEMA, então nos lá na Câmara já trouxemos a empresa, fizemos a apresentação também, então talvez a ideia fosse o
566 CONSEMA a Plenária ratificar que a Câmara Técnica continua a fazer esse acompanhamento dentro das suas
567 deliberações, a Câmara Técnica ela tem dezoito membros, então praticamente todo mundo esta nela, então uma
568 sugestão que eu faria Secretária talvez fosse de todas as convocações, pautas de todos os assuntos da Câmara
569 Técnica de Planejamento Ambiental, fosse encaminhada para todos os conselheiros, pela importância do assuntos para
570 todos ter o acompanhamento, eventualmente uma entidade que não esta lá e ela diga que esse assunto me interessa
571 ela vai lá participar, e lá também se discuti a questão da divulgação que esse zoneamento é bastante importante e vai
572 ter toda uma divulgação pelo termo de referencia estão previstos 38 audiências no interior então já começa a se
573 discutir, como é que vamos fazer? O que vamos fazer? Vamos fazer por Bacia, vamos fazer por corede? E tem a relação
574 que nos vamos ter com os outros sistemas, sistema de recursos hídricos, meu colega aqui é o que participou ontem do
575 CRH, já nos comunicou que a Secretária levou esse assunto também, para ter uma interação, uma reunião conjunta
576 com o CRH, nos temos o sistema de saneamento que a gente vai ter que conversar também, como a gente vai
577 compatibilizar isso tudo e dentro da Câmara o que nos tiramos de deliberação digamos na terça feira, foi da Câmara
578 Técnica indicar três, quatro pessoas técnicas para fazer um acompanhamento junto com a SEMA , junto com a
579 ASSTEC mais perto em relação a isso, então lá se definiu que teria essas três, quatro pessoas, seria eu, que me
580 propus, o Fernando Hartmann da Sociedade de Engenharia, Carmem Níquel do CREA , até pela experiência que ela
581 tem na FEPAM de residuos sólidos, então hoje estaria estas três pessoas indicadas para fazer esse acompanhamento

582 mais de perto, então digamos assim, as deliberações que a SEMA vai tomando junto com a empresa, e chama a
583 METROPLAN, então faz uma reunião aqui e chamaria nos também para participarmos um pouco mais e lá também se
584 definiu que todas as colaborações que as entidades tiverem em relação a temas a estudos em relação ao zoneamento,
585 construção do zoneamento, que esse material seja encaminhado para a Secretaria Executiva que aí faria a divulgação
586 dentro da Câmara Técnica e já com essa sugestão de que, o que for passado dentro da Câmara Técnica, seja passado
587 para todos os conselheiros, o que eu vejo é assim, eu estou achando que esse é um momento muito especial para nós
588 e eu acredito, mudamos de legislação a muito tempo e Meio Ambiente que o zoneamento é a oportunidade nossa de
589 termos um diagnóstico de Estado a definição do que pode ou do que não pode, potencial, e o CONSEMA tem um papel
590 importante em relação a isso, basicamente isso.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “Só complementando a
591 informação do Eduardo, eu acho que o aporte da empresa agora ela iniciando essa comunicação vai ficar mais fácil, a
592 gente vai fazer um reforço aqui, essa busca de documentos, essa troca a empresa com certeza vai auxiliar, a gente
593 mobiliza e eles vão também dar o suporte que eu acho que vai facilitar, eu me esqueci de fazer o relato justamente
594 dessa parte, numa reunião de diretoria da Secretaria do Meio Ambiente conversando sobre o zoneamento eu recebi um
595 desafio do Diretor do CRH, que é a questão do CONSEMA conversar com o CRH porque algumas decisões dentro do
596 zoneamento, provavelmente vão passar por necessidade de outorga, disponibilidade hídrica, então ficou lançado esse
597 desafio de se trabalhar junto com o CRH e talvez em algumas ou em muitas situações, nos termos que ter algumas
598 reuniões conjuntas, CONSEMA e CRH, para algumas decisões, eu acho que a gente teria que montar um regimento
599 interno ou optar por um, a gente vai ter que criar uma regra, de como se opera essa bagunça, não foi a primeira vez
600 que a gente falou da necessidade dos dois sistemas se conversarem, aquela resolução dos padrões de emissão de
601 fluentes, o CRH disse, “ai mais eu devia de ser ouvido, devia ter votado também” porque tem tudo a ver mesmo, então
602 talvez alguns assuntos a gente vai ter que debater em conjunto e aí vai ter que ter regra porque senão aí não é debate,
603 não se chega a lugar nenhum, eu vou dar uma olhada o regimento do CONSEMA esta mais atualizado, o do CRH é
604 bem mais antigo, regra muito menos, e aí teria que se ver pesos no CRH são 18 menos se eu não me engano e aqui
605 são trinta e um então o Estado, varias Secretarias de Estado, tem acento nos dois, as entidades até não sei, lá se os
606 Comitês de Bacias não se duplicariam, mas aqui teria uma Secretaria com dois votos também, uma pelo CONSEMA e a
607 outra pelo CRH, essas regras tem que ficar clara antes de a gente trazer qualquer assunto, que vão ser assuntos bem
608 pesados e bem polêmicos com certeza, como disse um Secretário Adjunto numa das reuniões do ZEE, “a vocês estão
609 mexendo em um vespeiro”, isso mesmo, é melhor a gente mexer num vespeiro do que cada licenciamento ambiental
610 ser um “vesperinho”, então estou bem feliz de mexer num vespeiro, sai um pouco queimado, um pouco quebrado mas a
611 gente chega em algum lugar, é isso aí, Cylon.” **Sr. Cylon Rosa Neto**-SERGS: “Bom eu tenho duas sugestões para
612 fazer, primeiro antes das sugestões eu queria me desculpar com o Eduardo, eu recebi convite para essa reunião, não
613 pude comparecer por um compromisso profissional, o compromisso profissional era de ultima hora, tive que hierarquizar
614 um deles, mas eu ia sugerir Secretária que a Senhora pensasse já que vai haver as etapas do trabalho, que talvez se
615 não for um incomodo muito grande e eu acredito que não seja, que na conclusão de cada etapa do zoneamento, depois
616 de passar pela Câmara de Planejamento nem que a gente fizesse uma extraordinária, para apresentarem para nos aqui
617 o resultado daquela fase, eu entendo que isso daria com que o trabalho do zoneamento fosse acompanhado e tivesse
618 uma contribuição sistêmica da Plenária aqui do CONSEMA, e a minha segunda sugestão é um pedido, é que nos
619 tivéssemos uma reunião da Senhora Secretária com os Presidentes das Câmaras Técnicas uma vez por mês também,
620 para que a gente tivesse o andamento das coisas atualizadas, eu não sei se é possível inviabilizar isso? Mas eu acho
621 que seria importante, é só uma solicitação, não é uma DR é uma sugestão, que a gente inclusive tem uma cooperação
622 maior e uma atuação mais integrada entre inclusive as próprias Câmaras Técnicas, nesse sentido.” **Sra. Maria Patrícia**
623 **Mollmann**-SEMA: “Eu não sei se uma vez por mês, podemos tentar talvez um pouquinho mais alongado, podemos
624 tentar, é por trimestre, tem vários grupos de trabalho, a tua ideia é alinhar? É conversar e alinhar, de repente a gente
625 começa ali por março marcamos uma ali por março, ok.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf**-CBH: “Não sei se nos estamos
626 em assuntos gerais já? Mas nesse assunto mesmo eu gostaria de explicar uma grande pode-se dizer quase uma
627 felicidade pelo ano que o CONSEMA teve, que a gente que acompanha o CONSEMA há vários anos, então esse ano
628 eu acho que a gente teve uma reformulação na vontade do CONSEMA, com a recreação das Câmaras com trabalho, a
629 Secretaria Executiva esta, também estou achando bastante importante e nisso que o Cylon falou, em Novembro foi
630 mandado aquele relato das Câmaras, um breve resumo do que as Câmaras estão definindo, aquilo para mim foi muito
631 importante, apego aquele relato e encaminho, eu represento o Comitê de Bacia, toda vez que termina a reunião, duas
632 coisas que me facilitaram foi isso, a síntese da reunião que eu só mando a síntese, não precisa estar eu escrevendo a
633 síntese já esta pronta e esse relato também de todas as Câmaras, o que esta acontecendo em todas as Câmaras feito
634 mensalmente eu achei muito bom, gostaria de parabenizar a Secretaria Executiva e eu acho que todos nos, pelo
635 trabalho que nos fizemos em 2015, e em 2016 aparentemente vai ser mais trabalhoso, então é isso, obrigado.” **Sra.**
636 **Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “É nos teremos a 288 se Deus quiser, semana que vem é para fechar tabela se Deus
637 quiser, aí temos que levar para a Câmara Técnica e deliberar para o CONSEMA, mas é um outro assunto que sempre
638 pesado para se tratar aqui, encerramos esse, passamos então para os Assuntos Gerais. **Passou-se ao 7º item da**
639 **pauta: Assuntos Gerais: Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “Inscrições? Manuel, Lisiane.” **Sr. Manuel Christoph**
640 **Strauch**- UPAN: “Querida relatar para vocês um acontecimento no município de Montenegro, aonde a UPAN tem um

641 núcleo também e a UPAN participa do Conselho Municipal do Meio Ambiente, em Montenegro o Prefeito junto com mais
642 duas pessoas, invadiram a sede do Conselho Municipal do Meio Ambiente, retirou todos os documentos, ele não
643 precisava, porque é o órgão aberto, publico é só solicitar, ele unilateralmente destituiu o Conselho Municipal do Meio
644 Ambiente, e colocou a publico uma serie de inverdades, inclusive o Ministério Publico junto com a UPAN, vai
645 encaminhar o processo contra o Prefeito de Montenegro, a questão que eu quero colocar aqui é que um Município sem
646 o Conselho Municipal de Meio Ambiente, não atende a lei complementar 140 que por tanto não pode licenciar
647 municipalmente, então a solicitação é, eu não sei se isso pode ser feito pelo CONSEMA , não me certifiquei disso, que
648 seja tirada de Montenegro, ate que seja regularizada a situação, a autoridade de conceder licenças ambientais, eu não
649 sei se é uma coisa que pode ser feita pelo CONSEMA, no qual a gente esta trabalhando também via Ministério Publico.”
650 **Sra. Maria Patrícia Mollmann-SEMA:** “Isso é referente a carta aquela?” **Sr. Julio Salecker-CBH:** “Boa tarde a todos,
651 eu me chamo Júlio Salecker, eu tenho vindo pouco aqui, eu sou Presidente do Comitê Taquari Antas e Presidente do
652 Comitê Pardo, sou suplente do nosso grande titular aqui, o Eduardo que esta cumprindo um bellissimo papel pelo que a
653 gente tem notado, mas eu queria trazer uma coisa assim da comunidade, do que a gente tem falado sobre o
654 CONSEMA , e hoje deixar aqui o elogio publico, principalmente relativo a questão, o Eduardo acho que já falou legal, de
655 que o CONSEMA esse ano foi bem diferente, eu sou conselheiro do CRH, ontem teve reunião do CRH, a nossa
656 Secretária também é Presidente do CRH e ontem lá eu elogiei o trabalho dela, a frente do CRH então não é o objetivo
657 aqui agora, mas eu queria dizer para o CONSEMA assim, gente isso que vocês fizeram hoje, nos fizemos hoje já que
658 eu também faço parte, de aprovar o regimento interno, essencialmente na questão do CONSEMA vestir as calças no
659 sentido de que ele tem que fazer resolução em portaria, não é FEPAM não é SEMA que tem que fazer o que o
660 CONSEMA tem que fazer, isso é um engano histórico no Rio Grande do Sul que tem causado seríssimos problemas a
661 nossa sociedade, e que esta mais que na hora de ser corrigido, parabéns, começou o inicio dessa correção, o que tem
662 que ser aprovado sobre resoluções, sobre portarias, me desculpe eu posso estar errando a hierarquia da regra, que eu
663 não sou advogado eu sou engenheiro, mas é esse órgão aqui que é o superior, esse órgão aqui que deve fazer isso,
664 conforme esta no artigo primeiro da competência do que foi aprovado hoje, então daqui pra frente ano que vem então
665 agora uma grande missão ai para o CONSEMA é realmente puxar aqui para dentro as decisões, puxar aqui para dentro
666 o que a sociedade organizada legalmente quer fazer no Rio Grande do Sul, era isso muito obrigado um bom final de
667 ano á todos.” **Sra. Lisiane Becker- ONG Mira-Serra:** “Tenho dois assuntos, primeiro em relação ao que o Manuel falou
668 da UPAN, eu acho isso extremamente oportuno, porque a lei 140, ela define exatamente isso, então é uma questão
669 muito grave, se não existe conselho num município, o município não pode permitir nenhuma licença nem autorização, é
670 o Estado no caso que vai ter que fazer isso, acho bom deixar bem claro isso, se foi destituído, esta escrito isso,
671 automaticamente já perdeu a oportunidade de fazer qualquer tipo de licenciamento sem autorização, Prefeito tivesse
672 pensado nisso antes, não pode alegar que desconhece a lei, lei complementar 140, vou passar a palavra, fazendo um
673 link com o que eu já pedi na outra reunião, sobre a questão do FEMA, nos dois anos aprovamos na gestão anterior para
674 moveis, aquele convenio com a agencia nacional que também exigia um numero de funcionários e baixou ao invés de
675 aumentar conforme o previsto baixou, vou dar oportunidade, porque estou vendo a situação ficar cada vez mais critica,
676 e ontem no evento que nos estivemos participando promovido pelo CAUMA , isso ficou mais claro ainda que
677 licenciamento, agilidade, eficiência, eficácia, efetividade e licenciamento se da principalmente pelo quadro funcional,
678 então mesmo que a gente dissesse assim “olha vai ter que fazer licença em dez dias” um ou dois funcionários isso não
679 acontece, tem que ter funcionários em quantidade e qualidade para isso e eu vou retomar o assunto do concurso, e
680 como defensores de que tem que ter qualidade e quantidade de funcionários dentro da casa, estruturação, uma
681 infraestrutura que atenda a demanda cada vez mais crescente, eu vou dar a minha palavra, para a integrante da
682 comissão dos aprovados no concurso, pode ser? Posso passar a palavra para eles?” **Sra. Cristina Grabhr-Comissão**
683 **dos Aprovados de Concursos:** “Bom desculpe a intromissão, meu nome é Cristina eu sou da Comissão dos Aprovados
684 em Concurso da Secretaria de Modernização, Administração de Recursos Humanos, cujo parte das vagas irão vir aqui
685 para a SEMA, e a gente tem acompanhado de perto o quadro de servidores da SEMA e a gente vem compartilhar com
686 vocês algumas preocupações, atualmente a SEMA possui, 10 contratos emergências do departamento de Fauna, os
687 quais deveriam ser substituídos imediatamente pelos concursados e a PGE, a Procuradoria Geral do Estado, atende
688 um parecer falando que mesmo com a lei de responsabilidade fiscal o limite prudencial ter sido passado, eles devem
689 ser substituídos imediatamente e considerando ainda que esses servidores que vão ser logo destituídos, estão sendo
690 capacitados cada vez mais enquanto que um concursado já poderia ser capacitado, e também a SEMA hoje, não
691 possui nenhum geólogo concursado e mesmo assim continua emitindo outorgas e licenças pelo uso d’água, os dois
692 únicos geólogo que estão dentro da SEMA, eram emergenciais e foram contratados como CCs e teoricamente é ilegal a
693 SEMA não ter nenhum concursado e emitir outorgas e licenças, e a gente vê também vários funcionários de
694 administração indireta como a FEPAM, executando funções que são diretas da SEMA e a gente imagina que tende a
695 aumentar, agora que 60 novos foram nomeados para a FEPAM, isso sem mencionar as inúmeras unidades de
696 conservação que não tem guarda parques que não tem técnicos e também as agencias florestais e a gente acredita
697 que um SEMA mais estruturada mais fortalecida terá uma gestão ambiental mais eficaz, obrigada.” **Sra. Maria Patrícia**
698 **Mollmann-SEMA:** “Mais alguma manifestação? Não na verdade com relação ao concurso nos conseguimos, chamar o
699 da FEPAM, por razoes muito especiais, o Estado esta no limite prudencial da parte pessoal, não se consegue contratar

700 mais por pena de responsabilidade do Governador e o da FEPAM, há duas situações, uma em especial que é a questão
701 do acordo judicial, há um acordo judicial na época, dentro do processo da mineração do Jacuí, da onde ficou ajustado,
702 que ali se faria essa contratação, eram vários planejamentos em longo prazo que ficou um ajuste lá, então se conseguiu
703 esse ponto passar dentro da comissão aquela de assessoramento lá dentro da Secretaria da Fazenda que é o GAE,
704 Grupo de Assessoramento Especial, esta despesa mesmo diante desse, teve um parecer da procuradoria, se fez toda
705 uma construção para se conseguir chamar, os da Secretaria do Meio Ambiente não tem nenhuma situação deste
706 sentido.” **Sra. Cristina Grabhr**-Comissão dos Aprovados de Concursos: “A PGE emitiu um parecer para o GAE, o GAE
707 questionou, ela recomendou a substituição deles aqui, mesmo tendo passado o limite prudencial.” **Sra. Maria Patrícia**
708 **Mollmann**-SEMA: “Eu não tenho esse conhecimento.” **Sra. Cristina Grabhr**-Comissão dos Aprovados de Concursos:
709 “É um parecer de dois meses atrás, porque se emergenciais recebem o mesmo salário.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-
710 SEMA: “Bom o que eu ia colocar, isso aqui tinha até que ver com o diretor administrativo, ver como esta, essa parte
711 aqui.” **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**- FARSUL: “ Secretária, eu acho que não é uma questão de pauta para o CONSEMA,
712 eu acho que isso é interno da Secretaria, bota na pauta, essa discussão agora foi levantado o assunto, ok, acho que a
713 gente pode dar um encaminhamento.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “Eu acho que o CONSEMA pode ter
714 conhecimento, claro que ele não vai decidir nada sobre isso, no sentido da lealdade de se trazer as informações ao
715 conselho.” **Sr. Guilherme Velten Junior**- FETAG: “É Secretária só que não dessa forma, senão quando vê qualquer um
716 pega e começa a colocar qualquer coisa e virá uma “esculhenbação” é de extrema importância, mas que passe antes
717 para os conselheiros antes de fazer essa ação.” **Sra. Lisiane Becker**- ONG Mira-Serra: “Não tem porque ter polêmica
718 aqui, abri espaço, porque nos estamos a tempo já falando nisso é uma questão de ver como esta andando essa
719 questão ai eu trouxe para conhecimento desse parecer, eu acho que não cabe ao CONSEMA discutir isso, porque dai
720 isso é uma questão administrativa, só que isso é para o CONSEMA acompanhar para não ficar exigindo coisas que não
721 vão poder ser exigidas.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf**-CBH: “Em relação a esse assunto, a minha opinião é que ele é
722 pertinente trazer esse assunto ao CONSEMA em assuntos gerais, e ai o que nos vamos deliberar é outra coisa, mas ou
723 nos somos órgão superior do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul ou não somos, se nos somos, uma questão
724 estrutural da SEMA dos concursados, não interessa de quem é o direito ou se não tem dinheiro mas esse assunto é de
725 pertinência do CONSEMA, até em relação a esse assunto eu entendo que lá na reunião de fevereiro a SEMA ou até os
726 funcionários tragam novamente um relato do que esta acontecendo, ou o CONSEMA nos vamos ficar sabendo das
727 coisas pelo jornal, então eu entendo que é pertinente sim esse assunto, assim como pela UPAN em relação ao que esta
728 acontecendo no município, se tem legalidade se esta o Ministério Publico, não importa a questão, importa o fato, os
729 fatos tem que ser trazidos para cá, até construindo isso, nos vamos fazer um zoneamento ambiental e nos queremos a
730 participação da sociedade a participação para se fazer um zoneamento, se a gente não sabe desses detalhes, então eu
731 entendo que o CONSEMA é local para se trazer esses, não quer dizer que a gente vai deliberar sobre eles, por exemplo
732 vamos até trazer uma lembrança atrás, alguns anos atrás foi trazido para o CONSEMA um problema de Guaíba, uma
733 querela lá em Guaíba que tem até hoje, tem um arroio lá podre de poluído, que todo mundo joga tudo e não tem jeito e
734 esta na justiça e esta no Ministério Publico, esta na Prefeitura, ai trouxeram aqui para o CONSEMA e no CONSEMA a
735 gente acabou deliberando que nos não temos nada haver com esse assunto, o CONSEMA não tem como deliberar em
736 relação a esse assunto, a questão é que é da justiça, da PATRAN, da FEPAM, da prefeitura, mas trazer o assunto ao
737 CONSEMA para conhecimento eu acho que não tem assunto que não possa ser trazido ao CONSEMA , o que nos
738 vamos deliberar é outra coisa, então eu entendo até faria um pedido para a Secretaria que provavelmente ela vai
739 aceitar, de manter nos conselheiros informados sobre esse assunto, que eu acho que é pertinente ao Sistema Estadual
740 de Proteção Ambiental.” **Sra. Maria Patrícia Mollmann**-SEMA: “Não tem problema de buscar informação e trazer, pelo
741 contrario, acho que aqui o papel do CONSEMA não é só questão de quantidades de pessoas e questão de métodos e
742 tecnologia, o ZEE vai dar um outro suporte também em questão de tecnologia que ai o CONSEMA participa, a questão
743 de método de se trazer os regramentos para o CONSEMA, de se discutir enfim, esses vários manuais, então são varias
744 coisas que vão tornar o licenciamento melhor, mais simples, mais eficaz que eu acho que é o tripé, é pessoas, métodos
745 e tecnologias, todas caminham juntas a gente vai tentando trilhar todos os caminhos, mais alguma questão em
746 assuntos gerais, então ok eu declaro encerrado. “Não havendo nada mais a ser tratado encerrou-se a reunião às
747 dezesseis horas e dezenove minutos. Foi lavrada a presente ata que deverá ser assinada pela Presidente do
748 CONSEMA.

749
750
751